

ANÁLISE DAS RECEITAS MUNICIPAIS
MUNICÍPIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
EXERCÍCIOS DE 2013 A 2015

1. Comparativo das Receitas: União x Estado de Pernambuco x Municípios (PE)

Poder	2015	Part.	2014	Part.	2013	Part.	Variação dos Valores Nominais			Evolução da Receita		
							2013/2014	2014/2015	2013/2015	2013	2014	2015
Governo Federal	1.843.609.424.048,00	97,69%	1.636.186.160.130,00	97,42%	1.439.327.705.220,00	97,21%	13,68%	12,68%	28,09%			
Governo do Estado de Pernambuco	24.871.841.249,21	1,32%	25.271.599.457,53	1,50%	25.024.436.093,55	1,69%	0,99%	-1,58%	-0,61%			
Prefeituras Municipais (PE)	18.739.676.826,59	0,99%	18.115.122.266,44	1,08%	16.228.188.950,27	1,10%	11,63%	3,45%	15,48%			
Total	1.887.220.942.123,80	-	1.679.572.881.853,97	-	1.480.580.330.263,82	-	13,44%	12,36%	27,46%			

Fonte de Informação:

1. Receitas do Governo do Estado de Pernambuco e do Governo Federal: receitas correntes e de capital apresentadas no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre.
2. Receitas dos municípios: relatórios de auditoria de contas de prefeito 2013 e 2014 e prestações de contas dos prefeitos municipais 2015 (item 44 do Anexo I da Resolução TC N° 025/2015).

Observação:

1. Não foram considerados nos totais as receitas intra-orçamentárias e as oriundas de operações de crédito para refinanciamento da dívida.

Redução da representatividade das receitas do Governo de Pernambuco e de seus Municípios face às receitas do Governo Federal:



2. Evolução 2013 a 2015 (em bilhões de reais)

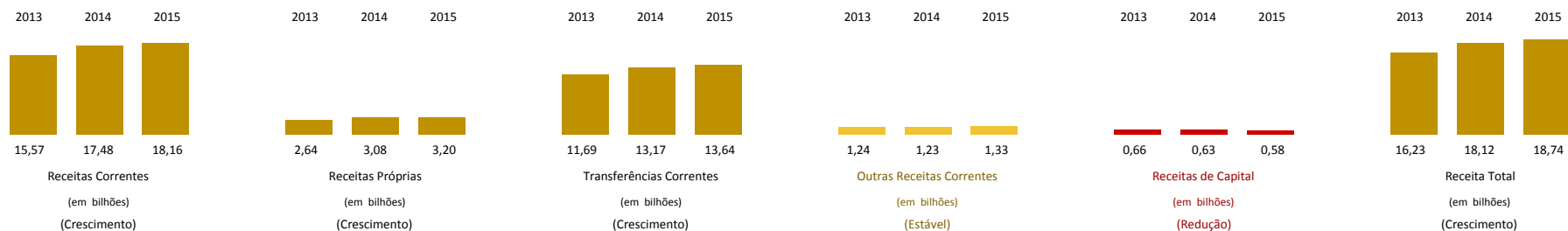
Receita	2015 RMR	2015 Demais	2015 Total	Part.	2014	Part.	2013	Part.	Var 2013/2014	Var 2014/2015	Var 2013/2015
1. Receitas Correntes	8.326.898.223,65	9.837.677.219,64	18.164.575.443,29	96,93%	17.480.487.636,45	96,50%	15.569.381.721,62	95,94%	12,27%	3,91%	16,67%
1.1. Receitas Próprias	2.410.000.315,43	788.025.231,96	3.198.025.547,39	17,07%	3.077.638.834,95	16,99%	2.637.121.326,63	16,25%	16,70%	3,91%	21,27%
1.2. Receitas de Transferências Correntes	5.222.553.300,66	8.412.701.815,18	13.635.255.115,84	72,76%	13.174.413.016,06	72,73%	11.694.681.295,47	72,06%	12,65%	3,50%	16,59%
1.3. Outras receitas correntes	694.344.607,56	636.950.172,50	1.331.294.780,06	7,10%	1.228.435.785,44	6,78%	1.237.579.099,52	7,63%	-0,74%	8,37%	7,57%
2. Receitas de Capital	335.542.712,29	239.558.671,01	575.101.383,30	3,07%	634.634.629,99	3,50%	658.807.228,65	4,06%	-3,67%	-9,38%	-12,71%
Receita Total	8.662.440.935,94	10.077.235.890,65	18.739.676.826,59	-	18.115.122.266,44	-	16.228.188.950,27	-	11,63%	3,45%	15,48%

Fonte de Informação:

1. Relatórios de auditoria de contas de prefeito 2013 e 2014 e prestações de contas dos prefeitos municipais 2015 (item 44 do Anexo I da Resolução TC N° 025/2015).

Observação:

1. RMR (Região Metropolitana do Recife), Demais (todos os municípios do Estado, exceto os da RMR).
2. Foram considerados como municípios integrantes da RMR: Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ipojuca, Ilha de Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista e São Lourenço da Mata, bem como a Cidade do Recife.



3. Participação das receitas próprias na receita total

3.1. Todos os municípios do Estado de Pernambuco



Legenda:

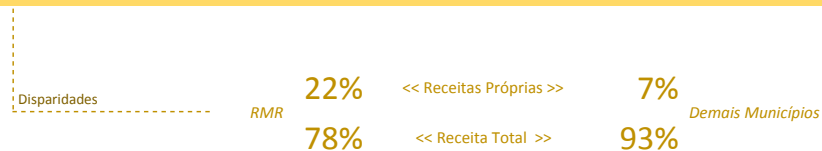
Receitas Próprias (RP) Receita Total (RT)

3.2. Região Metropolitana x Demais Regiões (2015)



Legenda:

Receitas Próprias (RP) Receita Total (RT)



Pequeno peso das receitas próprias nos municípios fora da RMR, o que demonstra a dependência quanto às transferências.

3. Arrecadação das Receitas Próprias

3.1. Evolução 2013 a 2015

Receita Própria	2015 RMR	2015 Demais	2015 Total	Part.	2014	Part.	2013	Part.	Var 2013/2014	Var 2014/2015	Var 2013/2015
IPTU	431.204.509,27	75.258.320,33	506.462.829,60	15,84%	463.545.689,48	15,06%	417.806.674,29	15,84%	10,95%	9,26%	21,22%
ITBI	151.975.903,25	46.248.393,34	198.224.296,59	6,20%	202.453.324,26	6,58%	169.115.675,80	6,41%	19,71%	-2,09%	17,21%
IRRF	243.587.335,83	139.914.600,36	383.501.936,19	11,99%	347.086.898,57	11,28%	255.047.684,83	9,67%	36,09%	10,49%	50,36%
ISS	1.082.616.915,86	313.875.454,11	1.396.492.369,97	43,67%	1.418.802.037,94	46,10%	1.268.113.423,48	48,09%	11,88%	-1,57%	10,12%
TAXAS	205.486.098,50	70.076.824,71	275.562.923,21	8,62%	268.854.431,69	8,74%	238.180.906,97	9,03%	12,88%	2,50%	15,69%
COSIP	156.658.190,51	101.002.573,00	257.660.763,51	8,06%	212.353.251,93	6,90%	183.771.779,80	6,97%	15,55%	21,34%	40,21%
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	138.471.362,21	41.649.066,11	180.120.428,32	5,63%	164.543.201,08	5,35%	105.085.181,46	3,98%	56,58%	9,47%	71,40%
Total	2.410.000.315,43	788.025.231,96	3.198.025.547,39	-	3.077.638.834,95	-	2.637.121.326,63	-	16,70%	3,91%	21,27%

Fonte de Informação:

1. Relatórios de auditoria de contas de prefeito 2013 e 2014 e prestações de contas dos prefeitos municipais 2015 (item 44 do Anexo I da Resolução TC N° 025/2015).

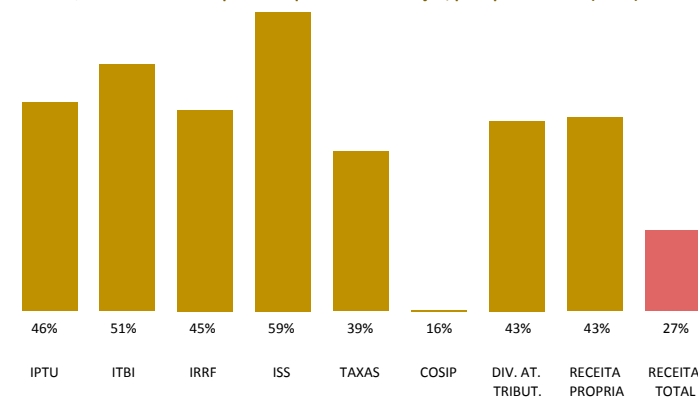
Queda na arrecadação das receitas próprias em 2015

(em valores nominais)

Quantidade de municípios com redução no(a):

IPTU	84 municípios	46% do total	mas destes, apenas	24 municípios	tiveram também queda na receita total.
ITBI	94 municípios	51% do total		28 municípios	
IRRF	82 municípios	45% do total		26 municípios	
ISS	108 municípios	59% do total		33 municípios	
TAXAS	71 municípios	39% do total		18 municípios	
COSIP	29 municípios	16% do total		9 municípios	
DIV. AT. TRIBUTÁRIA	79 municípios	43% do total		22 municípios	
TOTAL REC. PRÓPRIA	80 municípios	43% do total		33 municípios	
TOTAL DA RECEITA	50 municípios	>>>> independente do resultado da receita própria			

Quantidade de municípios com queda na arrecadação, por tipo de receita (em %)



Conclusão: Apesar da redução da receita própria em 80 municípios, a pouca representação destas receitas no total arrecadado fez com que em apenas 33 municípios tenha ocorrido baixa na receita total.

3.2. Esforço na arrecadação das receitas próprias 2015

Receita Própria	Arrecadação per capita < R\$1,00	Arrecadação ZERO
IPTU	44 municípios	1 municípios
ITBI	52 municípios	8 municípios
ISS	1 municípios	1 municípios
TAXAS	17 municípios	2 municípios
COSIP	48 municípios	45 municípios
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	83 municípios	29 municípios

Fonte de Informação:

1. Relatórios de auditoria de contas de prefeito 2013 e 2014 e prestações de contas dos prefeitos municipais 2015 (item 44 do Anexo I da Resolução TC N° 025/2015).

2. Estimativa da população 2015: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Observação:

1. Os municípios com arrecadação zero também constam no grupo com arrecadação per capita inferior a R\$ 1,00.

Cortês	39.357.469,61	39.783.257,66	40.160.021,62		1%	1%	2%
Escada	90.178.822,26	97.275.160,46	100.725.305,42		8%	4%	12%
Ferreiros	21.772.312,64	24.800.491,97	23.719.694,36		14%	-4%	9%
Gameleira	31.638.868,87	41.257.779,63	43.826.618,23		30%	6%	39%
Glória do Goitá	39.207.124,55	43.354.563,01	45.469.121,03		11%	5%	16%
Goiana	149.721.695,30	166.563.429,43	165.881.495,40		11%	0%	11%
Itambé	52.275.172,05	58.632.807,14	58.308.944,73		12%	-1%	12%
Itaquitinga	40.775.292,94	42.434.221,99	30.870.530,27		4%	-27%	-24%
Jaqueira	27.570.393,89	30.503.063,37	33.073.750,39		11%	8%	20%
Joaquim Nabuco	33.773.506,20	36.135.013,85	39.213.662,75		7%	9%	16%

São José do Egito	50.737.142,56	59.058.751,59	59.392.551,96		16%	1%	17%
Serra Talhada	122.689.668,16	142.290.535,71	165.566.734,16		16%	16%	35%
Serrita	38.718.307,05	41.928.061,89	43.334.226,58		8%	3%	12%
Sertânia	51.992.130,66	60.687.497,57	63.482.744,98		17%	5%	22%
Solidão	16.837.130,37	18.267.912,77	18.736.819,61		8%	3%	11%
Tabira	38.607.383,58	43.821.636,34	47.929.559,03		14%	9%	24%
Trindade	47.345.123,56	55.906.859,92	58.970.906,23		18%	5%	25%
Triunfo	28.655.534,10	36.361.103,22	34.000.269,10		27%	-6%	19%
Tuparetama	18.805.094,59	21.457.795,50	20.174.247,22		14%	-6%	7%
Verdejante	21.480.835,85	23.582.356,87	22.723.730,37		10%	-4%	6%

Aliança	ZM	-19,95%
Itaquitinga	ZM	-24,29%

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS		2013 / 2015	
AGRESTE	AG		
ZONA DA MATA	ZM		
RMR	RM		
SÃO FRANCISCO	SF		
SERTÃO	SE		
TODAS AS REGIÕES	-		

Fonte de Informação:

1. Relatórios de auditoria de contas de prefeito 2013 e 2014 e prestações de contas dos prefeitos municipais 2015 (item 44 do Anexo I da Resolução TC N° 025/2015).